



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.25.01.22.610-01 - DATA: 22/01/2025

Categoria: SERVIÇO

1. PROBLEMA RESUMIDO

Aquisição de reavaliação Atuarial do exercício de 2025, data base 31/12/2024, com objetivo de diagnosticar a situação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município.

2. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENSA PUBLICAÇÃO

O objeto de contratação pública descrito se enquadra na categoria de serviços técnicos especializados, de acordo com a Lei 14.133/2021 de licitações. A aquisição de reavaliação atuarial para o RPPS do Município é essencial para diagnosticar a situação financeira e atuarial do regime previdenciário, garantindo transparência e segurança na gestão dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação da reavaliação atuarial do RPPS do Município é necessária para garantir a transparência e a sustentabilidade financeira do regime previdenciário. A análise dos dados atuariais é fundamental para identificar possíveis desequilíbrios e subsidiar a tomada de decisões para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários no futuro. A contratação atende aos princípios da eficiência e da legalidade, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021 de licitações.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A aquisição está prevista no plano de contratação anual para atender as necessidades do Fundo Municipal de Previdência Social com ID: 41563628000182-0-000001/2025, está de acordo com a nova lei de licitação 14.133/2021, garantindo transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Base de Dados Completa e Atualizada:

Dados Demográficos: Idade, sexo, tempo de contribuição, data de admissão, data de nascimento, etc. de todos os participantes ativos, aposentados e pensionistas.

Dados Financeiros: Salários, benefícios, contribuições, patrimônio líquido do fundo, investimentos, etc.

Dados Atuariais: Tabelas de mortalidade, invalidez, aposentadoria, projeções salariais, taxa de juros técnica, etc.

Legislação:

Cópia da legislação municipal que instituiu e regulamenta o RPPS.

Cópia das últimas alterações legislativas.

Cópia dos atos normativos que regulamentam a gestão do fundo.

Planos de Benefícios:

Descrição detalhada de todos os planos de benefícios oferecidos pelo RPPS (ativos, aposentados e pensionistas).

Cálculo dos benefícios e suas regras de concessão.

Condições para concessão de aposentadorias e pensões.

Relatórios Atuariais Anteriores:

Se houver, apresentar os relatórios atuariais anteriores para que o novo estudo possa ser comparado e identificar as evoluções.

Informações sobre a Gestão do Fundo:

Informações sobre a gestão dos investimentos do fundo.

Políticas de investimento.

Relatórios financeiros e contábeis.

Objetivo da Reavaliação Atuarial

A reavaliação atuarial tem como objetivo principal diagnosticar a situação financeira do RPPS, identificando:

Equilíbrio Financeiro: Se as receitas são suficientes para cobrir as despesas futuras.



Déficit Atuarial: Se existe um desequilíbrio entre os ativos e as obrigações do fundo.

Projeções Futuras: Quais as perspectivas para o fundo nos próximos anos, considerando diferentes cenários econômicos e demográficos.

Importância da Reavaliação Atuarial

A reavaliação atuarial é fundamental para:

Tomada de Decisão: Auxiliar os gestores do RPPS na tomada de decisões estratégicas para garantir a sustentabilidade do fundo.

Transparência: Demonstrar aos participantes e à sociedade a situação financeira do fundo.

Cumprimento da Legislação: Atender às exigências legais e regulamentares.

Melhoria da Gestão: Identificar oportunidades de melhoria na gestão do fundo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender às necessidades públicas, foi realizado um levantamento de mercado para a contratação do serviço conforme estabelecido no art. 23 da Lei 14.133/2021. Nesse levantamento, foram tomados como referência contratações pela própria administração pública.

MUNICIPIO DE FLORIANO PEIXOTO/RS

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Dispensa

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA: R\$ 7.627,68

UNIDADE COMPRADORA: 3 - Fundo de Seguridade Social do Servidor Municipal de Floriano Peixoto

<https://pncp.gov.br/app/editais/01612289000162/2025/>

MUNICIPIO DE ROLÂNDIA/PF.

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Inexigibilidade

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA: R\$ 7.000,00

UNIDADE COMPRADORA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA

<https://pncp.gov.br/app/editais/03690876000119/2025/3>

Com base nas informações levantadas, a administração pública poderá realizar a licitação de forma adequada, selecionando a alternativa mais vantajosa para atender às necessidades das Secretarias, de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1. Definição do Escopo do Trabalho:

Objetivos: Definir claramente os objetivos da reavaliação, como avaliar a saúde financeira do fundo, identificar o déficit atuarial, projetar as receitas e despesas futuras, e propor medidas de ajuste.

Alcance: Detalhar o escopo do trabalho, incluindo os dados a serem analisados, os modelos atuariais a serem utilizados, e os relatórios a serem entregues.

Prazo: Estabelecer um prazo realista para a entrega do relatório final, considerando a complexidade do trabalho e a disponibilidade de dados.

2. Processo de Seleção da Empresa de Atuária:

Elaboração do Termo de Referência: Elaborar um termo de referência detalhado, incluindo o escopo do trabalho, os requisitos técnicos, as condições de pagamento e os critérios de avaliação das propostas.

Divulgação: Divulgar o termo de referência em diversos canais, como o portal de compras do município, jornais, revistas especializadas e sites de licitações.

Análise das Propostas: Analisar as propostas técnicas e financeiras das empresas participantes, considerando a experiência, a metodologia proposta, o valor da proposta e a capacidade técnica da equipe.

Seleção da Empresa: Selecionar a empresa que apresentar a melhor proposta técnica e financeira, considerando os critérios estabelecidos no termo de referência.

3. Execução do Trabalho:

Disponibilização dos Dados: Disponibilizar à empresa contratada todos os dados necessários para a realização da avaliação atuarial, de forma organizada e completa.

Acompanhamento do Trabalho: Acompanhar o desenvolvimento do trabalho da empresa contratada, através de reuniões periódicas e relatórios parciais.

Análise dos Resultados: Analisar os resultados da avaliação atuarial, com o auxílio da empresa contratada e de outros técnicos, se necessário.



4. Implementação das Medidas:

Elaboração de Plano de Ação: Elaborar um plano de ação para implementar as medidas necessárias para ajustar RPPS, com base nas recomendações da avaliação atuarial.

Aprovação do Plano: Apresentar o plano de ação aos órgãos competentes para aprovação e implementação.

Monitoramento e Avaliação: Monitorar a implementação do plano de ação e avaliar os resultados obtidos.

Recursos Necessários

Recursos Humanos: Equipe técnica para acompanhar o processo de seleção da empresa de atuária, analisar os resultados da avaliação e implementar as medidas necessárias.

Recursos Financeiros: Orçamento para contratar a empresa de atuária e implementar as medidas recomendadas.

Recursos Tecnológicos: Sistemas de informação para gerenciar os dados do RPPS e acompanhar o processo de reavaliação.

8.1. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE ITENS A SEREM CONTRATADOS

As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Descrição	Unid. Medida	Quant
REAVALIAÇÃO ATUARIAL 1. Discriminação das informações e do leiaute das bases de dados a serem disponibilizados pelo RPPS. 2. Parecer acerca da qualidade da base de dados. 3. Seleção das hipóteses financeiras, econômicas, biométricas, demográficas, atuariais, regime financeiro e métodos atuariais de capitalização e demais mecanismos de dimensionamento dos compromissos do RPPS para realização dos estudos atuariais. 4. Elaboração/Revisão de Nota Técnica Atuarial - NTA - para cada Plano de Benefícios contendo a descrição dos elementos técnicos que compõe os cálculos efetuados para a geração do relatório de Avaliação Atuarial. 5. Elaboração do relatório de Reavaliação Atuarial Anual contendo, no mínimo, as Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, o Plano Anual de Custeio e o Parecer Atuarial conclusivo. 6. Elaboração e preenchimento do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA. 7. Elaboração do Demonstrativo das Projeções Atuariais. 8. Simulação de até dois cenários diferentes (mudança de hipóteses), por demanda da Contratante.	SERVIÇO	1

8.2. ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS

Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
REAVALIAÇÃO ATUARIAL	SERVIÇO	1	7.500,00	7.500,00

Considerando o(a) e o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o método aplicado para a definição do valor estimado, baseou-se em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a vantajosidade e viabilidade econômica da opção;

Portanto, a estimativa preliminar para o atendimento da pretensa demanda é de **R\$ 7.500,00 (sete mil quinhentos reais)**, dessa forma, segue Relatório de Pesquisa Preliminar de Mercado e Relatório do Banco de Preço, anexados a este Estudo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

De acordo com a Lei 14.133/2021, o parcelamento do objeto licitado deve ser realizado sempre que isso se mostrar tecnicamente e economicamente viável, no entanto, a lei não estabelece uma obrigatoriedade de parcelamento, deixando a critério da Administração Pública a decisão de parcelar ou não a solução, mas tendo que ser devidamente justificada conforme art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021. Em conformidade com o art. 40, § 3º da Lei



14.133/2021, o item a ser contratado não se faz necessário o parcelamento.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

1. Concorrência:

Vantagens: Maior competitividade, maior possibilidade de encontrar a melhor proposta técnica e financeira, e maior publicidade do processo.

Desvantagens: Maior complexidade e burocracia, maior tempo de execução, e pode não ser a opção mais indicada para serviços de menor valor.

2. Concorrência Pública:

Vantagens: Semelhante à concorrência, mas com maior rigor na publicidade e na exigência de qualificação dos participantes.

Desvantagens: Maior complexidade e burocracia, maior tempo de execução, e pode não ser a opção mais indicada para serviços de menor valor.

3. Pregão Eletrônico:

Vantagens: Maior agilidade, menor custo operacional, maior transparência e possibilidade de participação de um número maior de empresas.

Desvantagens: Pode não ser a melhor opção para serviços que requerem uma análise técnica mais complexa.

4. Convite:

Vantagens: Mais ágil e menos burocrático, pode ser utilizado para serviços de menor valor.

Desvantagens: Menor competitividade, pode haver restrição à participação de empresas e menor publicidade.

5. Dispensa de Licitação:

Vantagens: Muito ágil, pode ser utilizado em situações de emergência ou quando houver apenas uma empresa com capacidade técnica para realizar o serviço.

Desvantagens: Menor competitividade, maior risco de contratação de empresas com menor qualificação e pode ser questionada em caso de irregularidades.

Por fim, a aquisição não deve visar apenas as melhores condições de preço, mas também a qualidade, a eficiência e a rapidez no trâmite, a aquisição por meio de Dispensa de Licitação se torna muito viável podendo garantir a seleção mais vantajosa para a administração, promovendo a eficiência na gestão dos recursos públicos. Mas é importante ressaltar que a escolha deve ser feita de acordo com as necessidades da administração pública e fica a critério do ordenador de despesa do órgão.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Compreendendo a Reavaliação Atuarial

A reavaliação atuarial é um processo técnico e complexo que visa analisar a saúde financeira de um regime previdenciário, como o RPPS de um município. Através de cálculos e projeções, ela permite identificar a situação atual e futura do fundo, considerando fatores como:

Número de participantes ativos e inativos: Quantidade de servidores em atividade e aposentados.

Valor dos benefícios: Montante dos pagamentos realizados aos aposentados e pensionistas.

Contribuições: Valor arrecadado com as contribuições dos servidores ativos e do município.

Expectativa de vida: Estimativa da duração média da vida dos participantes.

Retorno dos investimentos: Retorno obtido com a aplicação dos recursos do fundo.

Resultados Esperados

A reavaliação atuarial de 2025, com data-base 31/12/2024, tem como objetivo principal fornecer um diagnóstico preciso da situação atuarial do RPPS do município. Os resultados esperados dessa avaliação incluem:

Nível de provisão: Quantificação do valor total das obrigações do fundo com os benefícios a serem pagos no futuro.

Taxa de cobertura: Relação entre o ativo financeiro do fundo e a provisão, indicando se os recursos são suficientes para honrar os compromissos.

Déficit ou superávit atuarial: Diferença entre o ativo e a provisão, revelando se o fundo apresenta um desequilíbrio financeiro.

Idade média dos participantes: Indicador que auxilia na projeção dos gastos futuros com benefícios.

Projeções atuariais: Simulações de cenários futuros, considerando diferentes hipóteses, para avaliar a sustentabilidade do regime a longo prazo.

Utilização dos Resultados

As informações obtidas na reavaliação atuarial são cruciais para a tomada de decisões estratégicas relacionadas ao RPPS, como:

Ajuste das alíquotas contributivas: Revisão dos percentuais de contribuição dos servidores e do município para garantir a sustentabilidade do fundo.

Modificação das regras de concessão de benefícios: Adaptação das normas para aposentadoria e pensão, visando reduzir o impacto financeiro no longo prazo.

Implementação de planos de equacionamento: Criação de mecanismos para ajustar o déficit atuarial, caso exista, através de contribuições extraordinárias ou outras medidas.

Melhoria da gestão dos investimentos: Otimização da aplicação dos recursos do fundo para garantir um retorno adequado e reduzir os riscos.

Comunicação aos participantes: Divulgação dos resultados da avaliação aos servidores, promovendo a transparência e o entendimento da situação do RPPS.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

1. Consumo de Recursos:

Energia: A utilização de computadores e equipamentos eletrônicos para processar dados e realizar cálculos consome energia elétrica, que pode ser gerada a partir de fontes não renováveis.

Papel: Embora a digitalização de documentos seja cada vez mais comum, o uso de papel para impressão de relatórios e documentos ainda é frequente em alguns processos.

Mobilidade: A realização de reuniões e a necessidade de deslocamento de profissionais podem gerar emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte.

2. Impactos Indiretos da Atividade Financeira:

Investimento em setores poluentes: Os recursos financeiros do fundo de previdência podem ser investidos em empresas de setores que geram impactos ambientais significativos, como a indústria de combustíveis fósseis ou a mineração.

Financiamento de projetos com impactos ambientais: Os investimentos do fundo podem ser direcionados para projetos que causem danos ao meio ambiente, como a construção de grandes hidrelétricas ou a exploração de áreas de preservação ambiental.

3. Geração de Resíduos:

Equipamentos eletrônicos: A obsolescência de equipamentos utilizados nos processos de cálculo e armazenamento de dados pode gerar resíduos eletrônicos, que requerem descarte adequado para evitar a contaminação do solo e da água.

Papel: A impressão de documentos gera resíduos de papel, que podem ser reciclados, mas ainda assim representam um impacto ambiental.

Mitigando os Impactos

Para minimizar os impactos ambientais associados à reavaliação atuarial, algumas medidas podem ser adotadas:

Digitalização: Maximizar o uso de ferramentas digitais para reduzir o consumo de papel e otimizar os processos.

Consumo consciente de energia: Utilizar equipamentos eletrônicos com alta eficiência energética e promover práticas de economia de energia.

Transporte sustentável: Incentivar o uso de transporte público, bicicletas ou carros compartilhados para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Investimentos sustentáveis: Direcionar os investimentos do fundo para empresas e projetos com práticas sustentáveis e que contribuam para a preservação do meio ambiente.

Gestão adequada de resíduos: Implementar um sistema eficiente de coleta e reciclagem de resíduos eletrônicos e de papel.

Em suma, embora os impactos ambientais diretos da reavaliação atuarial sejam mínimos, é importante considerar os impactos indiretos e adotar práticas sustentáveis em todas as etapas do processo. Ao integrar a perspectiva ambiental nas decisões de investimento e gestão, é possível contribuir para um futuro mais sustentável.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão não é correlato e nem interdependente. A clareza na definição de relações entre objetos é fundamental.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Constituição de Comissão Especial:

Composição: Formar uma comissão composta por representantes da prefeitura, do RPPS, do setor financeiro e, preferencialmente, de servidores ativos e aposentados.

Atribuições: A comissão será responsável por acompanhar todo o processo de contratação e execução da avaliação atuarial, desde a elaboração do termo de referência até a análise dos resultados e implementação das medidas recomendadas.

2. Elaboração do Termo de Referência:

Definição do escopo: Detalhar os objetivos da avaliação, o período a ser analisado, as informações a serem coletadas e os resultados esperados.

Especificação dos serviços: Definir os serviços a serem contratados, como a coleta de dados, a elaboração de projeções atuariais, a análise de cenários e a apresentação de um relatório final.

Critérios de avaliação: Estabelecer os critérios para a seleção da empresa de atuária, como experiência, qualificação técnica e proposta financeira.

3. Processo de Licitação:

Modalidade: Escolher a modalidade de licitação mais adequada, considerando o valor estimado da contratação e a complexidade dos serviços.

Divulgação: Divulgar amplamente o processo licitatório para garantir a participação de várias empresas.

Análise das propostas: Avaliar as propostas técnicas e financeiras das empresas participantes, considerando os critérios estabelecidos no termo de referência.

4. Contratação da Empresa de Atuária:

Análise dos documentos: Verificar a documentação da empresa vencedora, como registro no Conselho de Atuária, experiência em avaliações atuariais e capacidade técnica.

Negociação do contrato: Negociar as condições do contrato, incluindo o prazo de execução, os valores a serem pagos e as penalidades por descumprimento.

5. Coleta de Dados:

Informações necessárias: Coletar todas as informações relevantes para a avaliação, como dados demográficos dos participantes, histórico de benefícios, informações sobre investimentos e receitas.

Qualidade dos dados: Garantir a qualidade e a consistência dos dados coletados, pois eles serão a base para os cálculos atuariais.

6. Análise dos Resultados:

Interpretação dos dados: Analisar os resultados da avaliação atuarial com a ajuda do atuário contratado.

Elaboração de um plano de ação: Elaborar um plano de ação com as medidas a serem implementadas para garantir a sustentabilidade do RPPS.

7. Implementação das Medidas:

Comunicação: Comunicar os resultados da avaliação e o plano de ação aos servidores, aos vereadores e à sociedade em geral.

Acompanhamento: Monitorar a implementação das medidas e ajustar o plano de ação conforme necessário.

Considerações Adicionais:

Legislação: Certificar-se de que todo o processo esteja em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Complementar nº 108/2001

Transparência: Garantir a transparência em todas as etapas do processo, divulgando as informações relevantes para a sociedade.

Participação dos servidores: Promover a participação dos servidores no processo de avaliação e implementação das medidas, buscando o consenso e o apoio da categoria.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Por que a reavaliação é importante?

Diagnóstico preciso: A avaliação permite identificar a situação atual do fundo, quantificando o passivo atuarial, a taxa de cobertura e o déficit ou superávit.

Tomada de decisões: Os resultados da avaliação servem como base para a tomada de decisões estratégicas, como ajustes nas alíquotas contributivas, mudanças nas regras de concessão de benefícios e implementação de planos de equacionamento.

Transparência e accountability: A reavaliação demonstra o compromisso da gestão municipal com a transparência e a responsabilidade com os recursos públicos.

Cumprimento da legislação: A Lei Complementar nº 108/2001, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, determina a realização periódica de avaliações atuariais.

Quais os benefícios para Itaitinga/CE?

Segurança para os servidores: A reavaliação garante que os benefícios sejam pagos de forma regular e sustentável,



oferecendo segurança aos servidores aposentados e pensionistas.

Planejamento financeiro: Permite ao município realizar um planejamento financeiro mais preciso, considerando as obrigações previdenciárias a longo prazo.

Melhora da gestão do RPPS: A avaliação identifica oportunidades para otimizar a gestão do fundo, como a diversificação dos investimentos e a redução de custos administrativos.

Atração e retenção de talentos: Um RPPS saudável e bem gerenciado contribui para a atração e retenção de talentos na administração pública municipal.

Quais os desafios e como superá-los?

Custos: A contratação de um atuário para realizar a avaliação pode gerar custos. No entanto, o investimento é justificado pelos benefícios a longo prazo.

Complexidade técnica: A avaliação atuarial é um processo técnico e complexo, que exige conhecimento especializado. É fundamental contratar um atuário qualificado e experiente.

Resistência à mudança: A implementação das medidas recomendadas pela avaliação pode encontrar resistência por parte dos servidores. É importante comunicar de forma transparente os resultados da avaliação e os motivos das mudanças.

Recomendações:

Contratar um atuário: Buscar um profissional qualificado e experiente para realizar a avaliação.

Estabelecer um cronograma: Definir um cronograma detalhado para a realização da avaliação e a implementação das medidas recomendadas.

Envolver os stakeholders: Promover a participação dos servidores, sindicatos e demais stakeholders no processo de avaliação e implementação das medidas.

Monitoramento contínuo: Realizar acompanhamento periódico da situação atuarial do fundo, ajustando as medidas conforme necessário.

Conclusão

A reavaliação atuarial do RPPS de Itaitinga/CE é um investimento fundamental para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário e a segurança dos servidores. Ao realizar essa avaliação, o município demonstra seu compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos e com o bem-estar de seus servidores.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Após análise detalhada do objeto de contratação pública para a aquisição de reavaliação atuarial do exercício de 2025 do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município, é possível concluir que a contratação é adequada para atender a necessidade a que se destina. A reavaliação atuarial é fundamental para diagnosticar a situação financeira e atuarial do RPPS, permitindo uma avaliação precisa dos compromissos e recursos disponíveis para o pagamento de benefícios previdenciários. Além disso, a realização periódica de reavaliações atuariais é uma prática recomendada para garantir a sustentabilidade e a transparência do sistema previdenciário municipal.

A contratação de uma reavaliação atuarial para o exercício de 2025, com data base em 31/12/2024, demonstra o compromisso do Município em monitorar e avaliar a saúde financeira do seu RPPS, buscando garantir a adequada gestão dos recursos previdenciários e o cumprimento das obrigações com os servidores públicos. A contratação de profissionais especializados para realizar a reavaliação atuarial é essencial para garantir a qualidade e a confiabilidade dos resultados obtidos, possibilitando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de medidas corretivas, se necessário, para assegurar a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal a longo prazo.

Itaitinga-CE, 27 de Janeiro de 2025.



Francisco Edson Pinto Barreto
Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA

Rua Coronel Virgilio Tavora, SN - Centro - CEP: 61.880-000 - Itaitinga\CE - CNPJ: 41.563.628/0001-82
Email: gestaodecontratos@itaitinga.ce.gov.br - Site: www.itaitinga.ce.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA

<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmitaitinga/etp>
CHAVE: 6107d91fc9a0b04bc044aa7d8c1443bd

